

Ação na Justiça impede remoção na Estrutural

Sheyla Leal

ANA SÁ

O GDF está impedido de efetuar a remoção das famílias da invasão da Estrutural até que seja julgada a ação de manutenção de posse impenetrada pelos moradores na 6ª Vara da Fazenda Pública do DF. A opinião é de Ênio Bastos, advogado da Associação dos Moradores da Estrutural. "Se a vice-governadora autorizar a remoção, estará cometendo um atentado, previsto no Código de Processo Civil". Na semana passada, o advogado contestou no Tribunal de Justiça a decisão do juiz Alceu Gonzaga Machado, que negou pedido de liminar aos moradores.

O juiz alegou que a posse dos moradores está localizada em uma área próxima ao Parque Nacional de Brasília, de preservação ambiental. Para o advogado Ênio Bastos, o juiz teve uma postura "um tanto injusta e ao arripio da lei". Diz que sequer marcou uma audiência de justificação, requerida pelos autores da ação. "O juiz não pode indeferir pedido de justificação prévia para a concessão de liminar em possessória", justificou Bastos na

ação de reclamação que impetrou no Tribunal de Justiça.

Ênio Bastos, que revela não receber honorário para defender os moradores, avisa que vai continuar à frente da causa das 1.500 famílias instaladas na invasão da Estrutural. "Caso seja efetivada hoje a remoção, irei processar a vice-governadora no Supremo Tribunal Federal". Acha que Arlete Sampaio tem de cumprir as normas legais. "O que separa a civilização da barbárie são as normas legais. Ou será que o PT, que no passado reclamou contra a truculência da ditadura, vai usar as mesmas armas do regime militar?"

Na sua opinião, a aprovação da Lei 954, de 17 de novembro de 1995, que dispõe sobre a regulamentação dos condomínios irregulares, passou a integrar o programa habitacional de interesse social e abrange toda terra pública que esteja ocupada por parcelamentos passíveis de regulamentação. "Essa lei não foi feita apenas para grileiros e pessoas poderosas, inclusive o deputado Chico Vigilante e o governador Cristovam Buarque".

Intenção é virar condomínio

Se depender das 1.500 famílias instaladas na Invasão da Estrutural, não haverá remoção. A Associação dos Moradores iniciou, esta semana, a arrecadação de contribuição, no valor de R\$ 5 para cada família cadastrada - para construir uma escola no local. A ousadia não pára por aí. Planeja lançar uma campanha para obter fundos para a construção de um ambulatório médico-odontológico. A idéia, segundo confirmou ontem a presidente da entidade, Marlene Cavalcante Mendes, é transformar a invasão em um condomínio, amparada pela lei de nº 954, que dispõe sobre alienação de lotes ou parcelas de terras públicas do Distrito Federal.

Marlene Mendes explicou que o GDF teve cinco meses para solucionar o problema, após o veto apostado pelo governador Cristovam Buarque ao projeto de lei do deputado José Edmar Cordeiro (PSDB), que autorizava o uso misto para aquela área. Revela que os moradores querem alcançar a vitória antes mesmo da decisão judicial sobre a ação que moveram para a manutenção de posse. A Câmara Legislativa é também uma esperança. O deputado José Edmar poderá reapresentar, no início do ano legislativo, seu projeto. Há também a alternativa da criação de um condomínio no local.

"É mais fácil o governador Cristovam Buarque voltar para Pernambuco

montado em um jegue, do que a gente sair daqui", resume o morador Jerry da Rosa, casado, dois filhos. Argumentou que não aceita a transferência porque o local da invasão é perto de seu trabalho. Na sua opinião, se o governo vai permitir a instalação de indústrias na área não pode impedir a legalização da invasão. "Não queremos lote de graça, mas sim pagar, nem que seja em até 20 anos". Já o desempregado Davi Bento da Silva afirmou que só vai abandonar o local se o GDF oferecer um lote em um bom local.

"Não é com R\$ 150 e com cesta básica que eles vão expulsar a gente daqui". A organização dos moradores é primorosa. A Associação dos Moradores mantém um cadastro de todos os chefes de família, com dados pessoais, referência e tempo de moradia em Brasília. "É um cadastro idêntico ao do Idhab (Instituto de Desenvolvimento Habitacional de Brasília)", diz orgulhosa a presidente da entidade. Além do cadastro, cada associado tem uma carteira da associação e todos os barracos são numerados. Marlene assegura que há morador com mais de 32 anos residindo em Brasília. Um deles é Antonio Francisco Ribeiro, com renda de um salário mínimo e 11 dependentes e com inscrição na antiga Shis. (A.S.)



Moradores da Estrutural fazem campanha para construir um ambulatório médico-odontológico e transformar a invasão em um condomínio

Morador do Lixão acredita na permanência

Sheyla Leal

As 515 famílias que moram próximas ao aterro do Lixão - chamados de antigos moradores da Estrutural - não estão acreditando em uma possível remoção. "Há seis anos que convivo com esse boato", diz Nercy Maria Pinheiro, uma das poucas moradoras que arriscam assumir a decisão de sair do local caso o GDF ofereça um lote. A diretora da Associação Comunitária dos Moradores da Vila Estrutural, Alice Maria Bezerra, confirmou ontem que a entidade não recebeu nenhuma comunicação oficial do GDF sobre a remoção da invasão.

Ela explicou que em novembro os moradores se reuniram em novembro com representantes do GDF, mas até hoje não houve retorno. "É compromisso do governador Cristovam Buarque de não transferir as famílias cadastradas", disse ela, ao explicar que a maioria dos moradores não aceita sair do local.

A vila da Estrutural surgiu há mais de 25 anos com barracos de plástico e restos de madeira. Eram os primeiros catadores de lixo que



O Lixão da Estrutural garante a sobrevivência de 515 famílias

começavam a atividade em busca da sobrevivência. Hoje, a comunidade é dividida em três grupos: catadores, pessoas que trabalham no Plano e

ciudades-satélites e chacareiros. Ocupam até hoje os mesmos barracos desprovidos de banheiro, água e luz. Os moradores não contam com

nenhum tipo de serviço público. A única escola mantida no local é resultado do trabalho de voluntários. A Associação, contudo, joga papel decisivo na vida dos moradores.

Os catadores de lixo, por exemplo, só aceitam sair do local se o GDF oferecer lote e trabalho. É o caso do ex-lavrador Juvelino José de Freitas Filho, cuja família trabalha no Lixão. "É aqui que tiro o pão de cada dia para meus cinco filhos", mostrou. Há dois anos que escolheu o aterro para morar e trabalhar. Ele admite que as condições do local são péssimas para a saúde dos filhos. Um deles, Santana Silva, de 12 anos, se queixa de tontura e dor de cabeça. Mesmo doente, trabalha diariamente no aterro, para aumentar a renda da família estimada em R\$ 40 por semana.

O catador Jandir Alves da Silva pediu ao governador Cristovam Buarque para que fizesse o favor de esquecê-los. "Deixe a gente morar e trabalhar sossegado, porque na cidade não há trabalho e nem tampouco podemos pagar aluguel".